



INSTITUTO FEDERAL
Sertão Pernambucano

**INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO
PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA**

**ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: LIMITES E
POSSIBILIDADES AOS EGRESSOS DE ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL EM
MUNICÍPIO DO SERTÃO PERNAMBUCANO**

ANDRÉ MONTEIRO MORAES

**SÃO JOSÉ DO EGITO - PE
2023**

ANDRÉ MONTEIRO MORAES

**ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: LIMITES E
POSSIBILIDADES AOS EGRESSOS DE ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL EM
MUNICÍPIO DO SERTÃO PERNAMBUCANO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Especialização em Docência para Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, como pré-requisito para aprovação.

**SÃO JOSÉ DO EGITO - PE
2023**

ANDRÉ MONTEIRO MORAES

**ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: LIMITES E
POSSIBILIDADES AOS EGRESSOS DE ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL EM
MUNICÍPIO DO SERTÃO PERNAMBUCANO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Especialização em Docência para Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, como pré-requisito para aprovação.

Aprovado (a) em: ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gabriel Kafure da Rocha (Orientador)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano
(IFSertãoPE) – *Campus* Petrolina Zona Rural

Prof. Esp. Aurélio Secundo Ferreira
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano
(IFSertãoPE) – *Campus* Salgueiro

Prof. Ma. Rita de Cássia Souza Martins
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBaiano) –
Campus Senhor do Bonfim

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M828 Moraes, André Monteiro.

ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL : LIMITES E POSSIBILIDADES AOS EGRESSOS DE ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL EM MUNICÍPIO DO SERTÃO PERNAMBUCANO / André Monteiro Moraes. - Salgueiro, 2023.
22 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Docência para Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Campus Salgueiro, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Gabriel Kafure da Rocha.

1. Educação Profissional. 2. Formação Profissional. 3. Ensino Médio. 4. Sertão de Pernambuco. I. Título.

CDD 370.113

SUMÁRIO

1	TÍTULO	3
2	APRESENTAÇÃO	3
2.1	O trabalho como fundamento ontológico do ser social e a educação enquanto complexo da vida social	5
2.2	A Política de Educação no sistema vigente e sua particularidade na educação profissionalizante	7
2.3	O Serviço Social na Política de Educação e o caráter interventivo da profissional por meio do Estudo Socioeconômico	10
3	OBJETIVOS	14
3.1	Objetivo Geral	14
3.2	Objetivo Específico	14
4	METODOLOGIA	15
5	CRONOGRAMA	16
6	RECURSOS NECESSÁRIOS	16
7	RESULTADOS ESPERADOS	16
	REFERÊNCIAS	17

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo.

A minha família, pelo incentivo.

Aos amigos e colegas de estudo, em especial aos que me acompanharam durante a especialização, que vivenciaram comigo os desafios e me ajudaram a vencê-los, agradeço o carinho, o apoio, o acolhimento, a paciência, os conselhos, os ensinamentos, as palavras motivadoras.

Aos professores e tutores, que muito contribuíram com minha formação acadêmica, agradeço os ensinamentos e as orientações.

**ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: LIMITES E
POSSIBILIDADES AOS EGRESSOS DE ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL EM
MUNICÍPIO DO SERTÃO PERNAMBUCANO**

**HIGH SCHOOL AND PROFESSIONAL EDUCATION: LIMITS AND
POSSIBILITIES FOR GRADUATES FROM STATE TECHNICAL SCHOOL IN
THE MUNICIPALITY OF INTERLAND PERNAMBUCANO**

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre a formação básica integrada ao ensino médio integrado em escola Técnica Estadual de São José do Egito com o Documento Base do Ministério da Educação sobre a formação para a cidadania de seus egressos. Para isso, optamos por utilizar uma metodologia com base na empiria através de estudo socio econômico acerca do perfil dos egressos de nível médio integrado aos cursos profissionalizantes de Meio Ambiente e Administração. A partir desse estudo, pretendemos destacar a participação desses egressos em projeto de pesquisa, extensão, participação em eventos científicos, realização de estágio supervisionado; estrutura física da instituição (laboratórios científicos, quadra poliesportiva, merenda e área de lazer); relações sociais na escola (participação em atividades recreativas, excursões, dinâmicas, festividades); formação de professores (formação básica e continuada). Mediante proposta de análise temos o pensamento sócio crítico com categorias do materialismo histórico dialético, que ao compreendermos o método que melhor se aproxima do real nos dá sinais de que a formação profissional, por estar permeada de dualidade estrutural, ainda se encontra limitada no acesso ao mundo do trabalho e da inserção ao ensino superior de maneira igual aos seus egressos.

Palavras-chave: Formação Profissional. Ensino Médio. Sertão de Pernambuco.

ABSTRACT: The present work aims to analyze the relationship between basic training integrated with secondary education integrated in a State Technical School in São José do Egypt with the Base Document of the Ministry of Education on training for citizenship of its graduates. To achieve this, we chose to use a methodology based on empirical evidence through a socio-economic study on the profile of high school graduates integrated into professional courses in Environment and Administration. From this study, we intend to highlight the participation of these graduates in research projects, extension projects, participation in scientific events, carrying out supervised internships; physical structure of the institution (scientific laboratories, sports court, snack and leisure area); social relationships at school (participation in recreational activities, excursions, dynamics, festivities); teacher training (basic and continuing training). Through an analysis proposal, we have socio-critical thinking with categories of dialectical historical materialism, which, when we understand the method that best approximates reality, gives us signs that professional training, as it is permeated with structural duality, is still limited in access to world of work and access to higher education on an equal basis with its graduates.

Keywords: Professional Training. High school. Hinterland of Pernambuco.

1. TÍTULO

ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: LIMITES E POSSIBILIDADES AOS EGRESSOS DE ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL EM MUNICÍPIO DO SERTÃO PERNAMBUCANO

2. APRESENTAÇÃO

O intuito do Trabalho Final de Curso é realizar o estudo socioeconômico dos egressos da Escola Técnica Estadual Célia Siqueira, em São José do Egito - PE, a fim de identificar, na dimensão da formação humana [integral], posta nos marcos regulatórios da Educação Profissional e Técnica, o princípio da formação para a cidadania o acesso ao mercado de trabalho e ao ensino superior.

O debate no campo teórico acerca da educação e sua relação com o trabalho, principalmente no campo da educação básica, não é recente, porém tem tomado destaque a cada mudança ocorrida no âmbito da formação pessoal e profissional. Importante expressão dessa discussão está, também, no interesse de categorias profissionais, para além de professores, a discutirem sua relação com a educação no espaço sócio-ocupacional da escola e sua função no sistema vigente.

Ao compreender que a sociedade vigente tem enfrentado um dos seus maiores desafios no âmbito da educação com o crescimento do desemprego consonante ao aumento do número de pessoas com formação em nível superior (IBGE, 2019), algumas indagações tornam-se pertinentes como o porquê de sobrecarregar os anos finais da educação básica no que diz respeito ao (in) sucesso profissional ou relegar “falta de esforço” para chegar ao ensino superior.

Embora, tenhamos clareza de que o problema para a formação humana, no sistema vigente, é estrutural, corroboramos com a lógica de que, ainda assim, medidas estão sendo tomadas na perspectiva de que os indivíduos, com o passar dos tempos, comecem a ter acesso a um ensino básico que atenda minimamente aos requisitos à formação superior ou à inserção ao

mercado de trabalho. Contudo, recai sobre os anos finais da Educação Básica novas façanhas reformistas que ainda não trazem certezas sobre a qualidade da educação pública. Parte dessa façanha está embargada nas recentes reformas do ensino médio profissionalizante. Segundo o Documento Base de educação integrada ao ensino médio integrado ao ensino profissionalizante a educação profissionalizante tem condições para fomentar a emancipação dos alunos, tanto para sua inserção no mercado de trabalho quanto no ensino superior (Ministério da Educação, 2007).

É neste cenário, de inserção e interiorização no Estado de Pernambuco das escolas técnicas profissionalizantes integradas ao ensino médio integral, que no ano de 2012, o município de São José do Egito - PE, Alto Sertão do Pajeú, inaugura a Escola Técnica Estadual Célia Siqueira como estratégia educativa nessa perspectiva da formação humana. A escola tornou-se “atrativo” na região oferecendo além do ensino médio integral os cursos técnicos integrados em *Meio Ambiente e Administração*, abarcando alunos advindos, também, de outros municípios dos Estados de Pernambuco e da Paraíba, inclusive alunos da rede privada de ensino.

A partir de seu dinamismo surgiram algumas questões que versam sobre como essa formação pode possibilitar algum tipo de emancipação aos sujeitos. Essa problemática desdobra-se em outras questões centrais sobre como a formação básica integrada possibilita a inserção dos seus egressos ao mercado do trabalho e ao ensino superior; como tem sido a formação básica dos egressos no quesito de formação continuada de professores, de estrutura física da instituição, de estágio supervisionado, de pesquisa e extensão.

O interesse na discussão do projeto, ora proposto, deu-se pela maturação na discussão entre a relação educação-trabalho com a educação básica. O fato de na perspectiva crítica comumente atrelarmos a educação à formação humana e, conseqüentemente, sua subjugação ao mercado de trabalho, possibilitou a escolha pela Escola Técnica Estadual ser objeto de estudo por estar relacionada aos desafios dessa formação humana/profissional.

Compreendendo a educação, pela perspectiva crítico dialética, enquanto complexo constitutivo da vida social, ela não se restringe, apenas, ao processo de escolarização, em forma de Política Pública. Sendo esta constituída

mediante dominação e controle do capital requer pensá-la, na contemporaneidade, situando sua dinâmica em relação às transformações sociais. É necessário ir além pensando seus fundamentos, seu caráter de classe e sua função social nesse modo de produção. Tendo em vista a necessidade de conhecer a educação de maneira crítica e comprometida com valores emancipatórios ela deve ser entendida, também, em sua relação com o trabalho, considerando este como o fundamento ontológico do ser social. Por isso, a presente proposta inicia-se pelo resgate da concepção de trabalho e sua relação com a educação.

2.1. O trabalho como fundamento ontológico do ser social e a educação enquanto complexo da vida social

A dimensão ontológica¹ do trabalho é, para Marx, a existência e reprodução do homem, e, portanto, da sociedade. O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, “processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza [...]. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (Marx 2017, p. 255).

Neste sentido, a integralidade do ato do trabalho desde o seu momento mais original dá-se com tantos outros momentos que fazem parte da realidade social em que está inserido o conhecimento (Ministério da Educação, 2007), a linguagem e a educação - enquanto processo de aprendizagem para a vida em sociedade (Tonet, 2009) que embora ele seja um ato realizado por um único indivíduo, sua natureza é sempre social. Logo, implica outras categorias para sua realização. Por isso, compreendemos que a educação deve estar articulada com a totalidade da realidade social na qual esta se insere, sendo determinante, determinada, dialética e reciprocamente.

¹ Ontologia do Ser Social é o estudo do ser em sua totalidade, ao tratar-se do campo filosófico, nada mais é do que o estudo do ser, de sua natureza e existência. No âmbito do materialismo histórico dialético o reconhecimento do indivíduo e de suas múltiplas dimensões vida humana, seja ciência, cultura, educação, família, etc., se constituem pelas relações historicamente determinadas e o trabalho se configura como expressão máxima dessas relações, pois é pelo trabalho que o homem consegue modificar a sua existência objetiva e subjetiva. Para maior aprofundamento sobre a teoria da Ontologia do Ser Social Cf. György Lukács.

O trabalho implica teleologia² e nada disso é biologicamente pré-determinado, precisa ser conscientemente assumido. Eis o porquê da necessidade da educação, ou seja, de um processo de aquisição de conhecimentos, habilidades, comportamentos, valores, etc., que possibilitem ao indivíduo tornar-se apto a participar da vida social de forma consciente – ainda que com limitações (Tonet, 2009).

Sendo assim, pensar a educação, nos moldes revolucionários, é entender que o ato de educar não deve ser compreendido enquanto dualidade entre o homem que trabalha e o homem que pensa. E, que essa particularidade, ligada à sociedade, deve fomentar a ruptura com a lógica desumanizadora do capital. Por isso, acreditamos que a educação não pode ser apartada do trabalho.

Pensar a relação entre trabalho e educação, na sociedade do capital, é acreditar que ambas as categorias se subordinem a essa dinâmica e possam reproduzir a estrutura de valores contribuintes à perpetuação de uma concepção de mundo pautada na sociedade do mercado. Portanto, a relação trabalho-educação, apesar de não ser tratada com rigor na tradição marxista, traz implicações pertinentes sobre a influência do sistema capitalista no processo de formação dos indivíduos.

Esta formação é vista teoricamente como processo de formação integral (ainda que não seja universal, pois nem todos os indivíduos são incluídos nesse processo). A ideia de formação integral é vista como possibilidade de superação da divisão social do trabalho no que concerne o ato de executar e o ato de pensar. É o intuito de garantir uma formação completa para a leitura do mundo e atuação nele de forma consciente e crítica (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005).

Neste caminho, entendemos que há possibilidades de trabalhar o processo educativo do indivíduo no sistema vigente, projetando a ruptura com a manutenção do status quo. Levando em consideração a natureza da educação, vinculada ao destino do trabalho, e sua função social, com a tarefa

² É uma categoria epistemológica que se permite, através de estudos filosóficos, ter como conceito o estudo dos objetivos, propósitos e fins. É por meio da teleologia que os indivíduos conseguem orientar seus comportamentos por meio de suas finalidades. Conforme Marx (2017), o homem consegue projetar, em sua mente, determinadas finalidades. Essa capacidade de construir, no âmbito da consciência, determinada forma que será objetivada dá-se por meio da teleologia.

de permitir aos indivíduos a apropriação dos conhecimentos necessários para tornarem-se membros do gênero humano.

Por isso, devemos perceber que as nossas ações, para o processo de enriquecimento (em todos os níveis possíveis) do gênero humano, no sistema vigente, têm, apenas, o caráter emancipatório, pois visa orientar atividades que possam favorecer na tentativa de construir sujeitos críticos e políticos (jamais livres), seja pela luta coletiva, pela formação crítica, pela compreensão do “processo histórico humano e da realidade do mundo atual” (Tonet, 2005, p. 12).

2.2 A Política de Educação no sistema vigente e sua particularidade na educação profissionalizante

Ainda que se tenha noção da complexidade do caráter da educação, no sistema vigente, há que se entender que esta possui uma característica determinante, enquanto forma institucionalizada. Ela é constituinte do complexo de dominação e controle ideológico, do capital. Que em sua fase monopolista conduz a máxima a contradição entre produção e apropriação privada. Logo, para seu sucesso (de maximização de lucros), essa façanha demanda mecanismos de intervenção por meio da refuncionalização e redimensionamento do Estado (Netto, 2011).

As políticas educacionais comumente direcionadas para o trabalho oferecem ao capital recursos humanos (Netto, 2011) e sua representação por meio de política pública apassiva a classe trabalhadora com o discurso de que o insucesso profissional está na desqualificação do indivíduo (Behring, 2003).

Assim, a formação da classe trabalhadora passa a ser repensada, tirando o perfil de “futuros técnicos de fábrica” centralizando discursos ideológicos dos “futuros cidadãos trabalhadores”. Que, para Mészáros³ (2008), é inconcebível uma reformulação da educação sem uma transformação do

³ István Mészáros (1930-2017) nasceu em Budapeste, na Hungria. Graduiu-se em filosofia na Universidade de Budapeste, onde foi assistente de György Lukács no Instituto de Estética. É reconhecido como um dos principais intelectuais marxistas contemporâneos, tem como algumas de suas principais obras: Para além do capital (2002), O século XXI (2003), O poder da ideologia (2004), A educação para além do capital (2005), A crise estrutural do capital (2009), Atualidade histórica da ofensiva socialista (2010), O conceito de dialética em Lukács (2013), A teoria da alienação em Marx (2016), entre outros. Rf. <https://www.boitempoeditorial.com.br/autor/istvan-meszaros-48>

quadro social, na qual a educação cumpra seu papel de mudança. O viável para se atingir, minimamente, patamares progressivos por meio da educação, na sociedade, dá-se pela execução de atividades de caráter emancipatórios aproveitando-se das contradições do Estado, da política de educação e do próprio sistema.

Neste sentido, a relação entre a educação básica e a educação profissional, no Brasil, perpassa pela dualidade dos formados para “pensar” e dos formados para “agir”. Essa relação do “homem que trabalha” *versus* o “homem que pensa” é pauta de estudos e críticas, principalmente, das correntes mais progressistas no campo do saber, tendo como embasamento teórico o pensamento sócio histórico com categorias do materialismo histórico dialético.

Compreende-se, entretanto, que essa dualidade se dá no âmbito reformista das leis, no âmbito ideológico e no âmbito do discurso, pois, visa a adaptação do trabalhador às condições sujeitas pela classe dominante esvaziando a formação de conteúdos científicos e isso faz com sua formação aligeirada não permita uma apreensão de sua inserção no mundo do trabalho de maneira crítica, apenas como contributos no processo de desenvolvimento econômico local.

Percebe-se que essa dualidade estrutural não tem permitido a formação humana de maneira politécnica, gestam-se aqui as considerações de Frigotto (2010), a que se destina a formação politécnica *latu senso* integrada à formação geral nos seus aspectos humanísticos e científico-tecnológicos, a fim de propiciar uma formação necessária à compreensão teórica e prática dos fundamentos científicos e de técnicas no processo produtivo. A proposta é de formar politécnicos e não técnicos especializados.

Essa relação dual perpassa a história da educação na formação social brasileira em que as primeiras escolas de ofício se destinavam a grupos sociais específicos, sejam esses indígenas, escravos e desafortunados. Importante destacar que a educação, no século XVIII, passa a ser medida estatal como segundo plano e após a expulsão dos jesuítas a educação básica vem em terceiro plano como viés estatal, dando ao ensino superior a centralidade, no âmbito das instituições públicas.

Ao longo do século XIX várias instituições foram criadas para o ensino das primeiras letras e o ensino de ofícios, voltados às crianças órfãs, abandonados e pobres. Ou seja, a gênese da educação profissional no Brasil surge embasada no assistencialismo. Já no século XX, a partir de esforços da esfera pública, essa educação busca romper com esse viés nitidamente caritativo passando a adquirir um caráter voltado à formação do operário para o exercício profissional (Ministério da Educação, 2007).

Com isso, toda a estrutura educacional foi reorganizada e passou por diversas reformas como os decretos-lei, dentre estes, as Reformas Capanema (durante a década de 1940); Lei n. 5692/71 – Lei da Reforma dos ensinos de 1º e 2º graus. Tais reformas, para Saviani (2019), tinham caráter centralista, burocratizado e dualista, pois separava o ensino secundário destinado às elites, do ensino profissional destinado ao “povo conduzido”.

Foi no final da década de 1980 e decorrer da década de 1990, com a CF/88 e a Nova LDB/96, que o 2º grau profissionalizante passa a compor apenas as Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e alguns sistemas estaduais de ensino. Porém, com a lógica do mercado neoliberal, ressurgiu o projeto de educação politécnica a fim de recuperar a relação do conhecimento com a técnica do trabalho, no 2º grau, resgatando a correlação de forças entre ensino público e privado (Ministério de Educação, 2007).

A partir de 2003, a integração entre Ensino Médio e Educação Profissional passa a ter uma nova visibilidade, principalmente com o Decreto nº 5154/2004. É retomada a discussão sobre a educação politécnica, enquanto educação unitária e universal, que pudesse romper, nas palavras de Gaudêncio Frigotto (1984), com a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual.

Segundo o Documento Referencial para a Educação Profissional Técnica, elaborado em 2007 pelo Ministério da Educação – secretaria de educação profissional e tecnológica, a escolha de uma formação a nível superior ou não, poderia ser feita pelos (as) próprios (as) alunos (as) após a conclusão do ensino médio de caráter politécnico, a partir dos 18 anos de idade. Porém, diante do cenário socioeconômico brasileiro, era preciso outros fatores para concretização da implementação da politecnia e educação tecnológica. E assim, o Decreto nº 5154/2004, surge como uma solução

transitória através do ensino médio integrado à educação profissional de nível médio.

O Documento Base afirma que para a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio se constituam em política pública educacional é necessário que assuma uma amplitude nacional carecendo de ações coordenadas e cooperadas entre as esferas públicas nos seus mais diversos níveis a partir de questões centrais como financiamento; existência de quadro específico de professores efetivos para atuar nos diversos cursos; formação inicial e continuada de docentes, técnico-administrativos e equipes dirigentes; infra-estrutura física necessária a cada tipo de instituição, entre outros aspectos relevantes (Ministério de Educação, 2007, p. 28).

O Documento Base também considera importante, para concretização dessa política:

a) a formação humana integral; b) o trabalho como processo de produção da existência e objetivação da vida humana; c) o trabalho como princípio educativo; d) a pesquisa como princípio educativo – para potencializar o fortalecimento da relação entre o ensino e a pesquisa; e) a proposta curricular; f) o Projeto Político-Pedagógico Integrado enquanto expressão viva de concepções, princípios, finalidades, objetivos e normas que unificam a comunidade escolar [...] (Ministério da Educação, 2007, p. 41-53, *grifo nosso*).

Com isso, essa ação política em compromisso com a sociedade civil, conforme discute o Documento Base, é considerada não só necessária quanto adequada à formação básica da classe trabalhadora, nessa modalidade de ensino, por ser capaz de adquirir o sentido de garantia de autonomia e emancipação dos sujeitos envolvidos. Nesse quesito, pressupomos que ela possibilite, sem deixar de levar em consideração o sistema vigente e suas implicações, corroborar na perspectiva propositiva de uma educação pública em universo qualitativo.

2.3O Serviço Social na Política de Educação e o caráter interventivo da profissional por meio do Estudo Socioeconômico

Para apreender os fundamentos do Serviço Social é preciso apreendê-lo através de sua formação e do seu desenvolvimento na sociedade. Portanto, é necessário pensá-lo considerando as determinações fundamentais da sociedade capitalista e os sujeitos envolvidos no processo histórico, incidentes no caminhar da profissão.

Destarte, pensar o trabalho do (a) assistente social é estar atento à realidade, buscando alternativas capazes de efetivar direitos às demandas emergentes no seu cotidiano. A origem do Serviço Social tem em sua marca o capitalismo, em que esta nasce como parte do projeto de hegemonia burguês, buscando afirmar-se como uma prática humanitária, sancionada pelo Estado, protegida pela Igreja, mistificada ao serviço caritativo. Suas condições peculiares de desenvolvimento foram marcadas como importante estratégia de controle social, logo, importante instrumento de dominação da burguesia. A profissão já nasce com uma identidade atribuída pelo capitalismo (MARTINELLI, 2011).

Em nossa perspectiva, é inegável relacionar o surgimento da profissão às mazelas próprias da sociedade burguesa. É na intercorrência do conjunto de processos econômicos, sociais, políticos e culturais do modo de produção capitalista, na consolidação da fase monopolista, que se instaura o espaço histórico-social da emergência do Serviço Social como profissão (NETTO, 1996).

Com a configuração das políticas sociais que a questão social passa a receber intervenções por parte do Estado nas suas refrações, configuram-se, também, as políticas sociais como base sócio ocupacional do Serviço Social: “Estas, [...] se constituem também como conjuntos de procedimentos técnico-operativos; requerem, portanto, agentes técnicos em dois pontos: o da sua formulação e o da sua implementação” (NETTO, 1996, p. 70).

A natureza dessa prática técnica executiva está voltada para uma diversidade de atores vulnerabilizados pelas expressões da questão social que recebem respostas imediatas por meio das políticas sociais. Posto isso, o assistente social é “investido como um dos agentes executores das políticas sociais” (NETTO, 1996, p. 71).

Sendo assim, pensar a relação do Serviço Social com a educação tem feito com que o cotidiano dos profissionais fomente estudos e pesquisas, ainda

que residuais, sobre a temática, principalmente nos últimos anos. Uma vez que a inserção do (a) assistente social nesse espaço sócio ocupacional torna-se cada vez mais urgente e necessária.

A vinculação do Serviço Social com a Política de Educação no Brasil é forjada desde os primórdios da profissão (na década de 1930) como parte de um processo de requisições postas pelas classes dominantes quanto à formação técnica, intelectual e moral da classe trabalhadora, a partir de um padrão de escolarização necessário às condições de reprodução do capital em diferentes ciclos de expansão e de crise (CFESS, 2014, p. 15-16).

As competências profissionais do Serviço Social permitem ao profissional realizar análise crítica da realidade e construir estratégias para responder às demandas sociais normatizadas. Dentre as onze competências estabelecidas, na Lei de Regulamentação da profissão, citamos algumas que fomentam nossa discussão principalmente no que se refere ao Estudo Socioeconômico⁴:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; [...] VII – planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; [...] XI – realizar estudos sócioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (CFESS, 2014, p. 44-45).

Assim, para pensar as competências e atribuições do assistente social é necessário atentar-se para as particularidades das mudanças no padrão de acumulação e regulação social, do mundo globalizado, que vêm provocando alterações na produção de bens e serviços reorganizando a gestão do trabalho. Ainda assim, o Serviço Social tem procurado se redimensionar e renovar-se no âmbito de sua interpretação teórico-metodológica e política, adequando criticamente a profissão às exigências do seu tempo (CFESS, 2014).

E tendo como premissa a responsabilidade desse profissional a partir da compreensão e materialização dos seus direitos e deveres que a política de educação, segundo o CFESS (2014), pode ser considerado um espaço

⁴ Para Graciano (2013, p. 2), o estudo socioeconômico tem por finalidade obter informações a respeito da realidade social de cada indivíduo. A partir do estudo socioeconômico pode conhecer o perfil dos usuários do seu espaço sócio ocupacional, analisar os dados obtidos e intervir nas particularidades identificadas.

privilegiado para o enriquecimento do gênero humano, referenciando uma educação emancipadora capaz de desenvolver as potencialidades dos usuários dessa política, para além do capitalismo. “Não se trata de uma tarefa que traga resultados imediatos e que atenuie as tensões, conflitos e inquietações que consomem o cotidiano³⁶ profissional [...], mas significa a afirmação de uma clara direção política” [...] (CFESS, 2014, p 22-23).

Levando em consideração a relativa autonomia do Assistente Social, o seu exercício passa a ser desafiador. Por isso, é necessário que, segundo Franz (2013), o mesmo tenha o domínio de informações, mediante articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a identificação de instrumentos a serem utilizados, além de habilidades técnico-operacionais para obter diálogo em diferentes segmentos sociais. É por intermédio da articulação dessas dimensões que os instrumentos utilizados por esses profissionais possibilitam numa atuação crítica, reflexiva e construtiva.

A indagação do significado da profissão na prestação de serviços na sociedade vigente oportuniza discutir seu teor técnico e científico na relação teoria e prática. O fato de o Serviço Social, segundo Iamamoto (2008, p. 88), “em sua trajetória não adquirir o status de ciência”, ser considerada “uma tecnologia social, e o seu profissional um técnico” não impossibilita de a profissão contribuir para o acervo científico das ciências humanas e sociais.

A dinâmica do cotidiano do assistente social, também está sujeita a enfrentar dificuldades de escolhas dos processos e das estratégias de ação desse profissional, por vezes impossibilitando, também, a realização de uma ação reflexiva. O assistente social deve repensar a sua prática social, e ela passa a se tornar mais crítica e expressiva quando há exigência de racionalidade acerca das políticas sociais para assim evitar que a prática profissional seja vista, segundo Nascimento (2015, p. 17), como “uma ação engessada e fiscalizadora da vida dos usuários”.

O exercício profissional do assistente social consiste numa totalidade de dimensões que se auto implicam, se auto explicam e se determinam entre si são instâncias interatuantes. Com isso, para evitar os velhos ranços do Serviço Social tradicional, o melhor caminho é a unidade entre as dimensões da profissão. Assim, a definição sobre o que e como fazer tem que ser articulada ao porque fazer, ao para que fazer e ao como fazer.

É por isso que Nascimento (2015, p. 17) intensifica que a dimensão técnico operativa na intervenção profissional requer o conhecimento teórico e a investigação da realidade posta, com o intuito de encontrar alternativas concretas nas escolhas do assistente social para sua instrumentalidade.

Pensar os instrumentos de trabalho do Assistente Social, segundo lamamoto (2010, p. 62), apenas como um “arsenal de técnicas⁴⁰” requer um pouco mais de atenção, pois, esse conceito acaba reforçando a ideia e o discurso de que o profissional que atua apenas pela via técnica, não possui conhecimento crítico sobre a mesma. E sabe-se que o conhecimento é o meio capaz de decifrar a realidade clarificando a direção do trabalho a ser realizado.

No Serviço Social, os instrumentos não dependem apenas da habilidade humana para sua produção, pois estão inteiramente ligados ao âmbito das relações sociais, com função de mediação das ações humanas. Por isso, sustentamos a necessidade de desvendar, inicialmente, as mazelas institucionais de qualquer espaço sócio-ocupacional por meio do estudo social dos sujeitos envolvidos, no nosso caso, na Política de Educação.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral:

- Analisar a relação entre a educação básica integrada à educação profissional em Escola Técnica Estadual de São José do Egito com o Documento Base do Ministério da Educação sobre a formação para a cidadania de seus egressos.

3.2. Objetivos Específicos:

- Realizar o estudo socioeconômico dos egressos em Meio Ambiente e Administração da ETE Célia Siqueira concluintes até 2022;
- Analisar a percepção dos alunos frente a sua formação básica no quesito da inserção no mercado de trabalho e ensino superior por meio da intervenção mediante estudo social;
- Identificar as condições objetivas de infraestrutura, formação continuada de professores, ensino, pesquisa e extensão durante a formação básica dos egressos na ETE Célia Siqueira.

4. METODOLOGIA

A proposta de pesquisa parte de uma criteriosa revisão bibliográfica que dialoga com os principais autores da temática discutida. Neste caso, elegemos alguns teóricos para fundamentar nossa discussão no campo específico sobre trabalho e ontologia do ser social, escolhemos a princípio Karl Marx (2017); No âmbito da educação, formação humana, política social optamos por Dermeval Saviani (2019), Ivo Tonet (2006), István Mészáros (2008); No campo da Educação Profissional os professores Gaudêncio Frigotto (2005; 2010) e Dante Moura (2017), dentre outros.

A pesquisa é do tipo empírica de cunho quanti-qualitativo, a intervenção sócio institucional dar-se com a socialização dos dados adquiridos com a pesquisa empírica a fim de contribuir com a compreensão institucional do seu papel social frente à formação humana. A utilização dos dados empíricos revelará as evidências expressas na realidade pesquisada possibilitando a reflexão acerca do perfil dos egressos da escola técnica em estudo. Para tanto, nesse âmbito da pesquisa será realizada aplicação de questionário socioeconômico, com os egressos da escola técnica em questão.

Como instrumento de coleta de dados, priorizamos a questão do questionário semiestruturado (aplicado via Google Forms) primeiro, analisando a questão socioeconômica dos egressos da ETE Célia Siqueira com base na área da formação básica integrada (Meio Ambiente e Administração); participação em projeto de pesquisa, participação em projeto de extensão, participação em eventos científicos, realização de estágio supervisionado; estrutura física da instituição (laboratórios científicos, quadra poliesportiva, merenda e área de lazer); relações sociais na escola (participação em atividades recreativas, excursões, dinâmicas, festividades); formação de professores (formação profissional e continuada).

A análise dos dados será a luz do pensamento sócio crítico com as categorias do materialismo crítico dialético, categorias totalidade, mediação, contradição, formação profissional, pois ele possibilita, dentro de uma visão de totalidade, ultrapassar a imediatez dos fenômenos sociais em busca de sua essência. Nesse sentido, ao coletar e sistematizar os dados, a pesquisa

ação procurará identificar as determinações sócio históricas do nosso objeto de estudo, os elementos e contradições que o permeiam estabelecendo a mediação entre as dimensões da universalidade, singularidade e particularidade, tentaremos apreendê-lo objetivamente no real.

Como fonte para comparação de análise dos dados, nós recorreremos ao Documento Base da educação profissional de nível médio integrado ao ensino médio, fornecido pelo MEC, a BNCC, a Lei nº 13.415/2017.

5. CRONOGRAMA

Atividades	2023.2
Reelaboração do Projeto de Pesquisa	Julho
Elaboração do Questionário	Agosto
Envio do Projeto ao Comitê de Ética	Agosto
Contato com a GRE	Agosto
Contato com a ETE Célia Siqueira - observação	Agosto
Aplicação do Questionário	Setembro
Análise do Estudo Social (questionário)	Setembro
Sistematização dos dados	Outubro
Socialização de Dados com a Instituição	Outubro
Entrega da TCF	Novembro
Defesa da TCF	Dezembro

6. RECURSOS NECESSÁRIOS

Os recursos são o conjunto de todos os elementos necessários à aplicação do projeto de intervenção, no projeto em questão necessitaremos de recursos humanos (egressos) e recursos técnico-digitais (Google Forms, ligações telefônicas, e-mails). Não será utilizado financiamento para realização da pesquisa.

7. RESULTADOS ESPERADOS

Nossa hipótese é de que a formação básica na perspectiva da educação profissional, por estar permeada de dualidade estrutural, ainda se encontra limitada. Acreditamos que a instituição não é capaz de possibilitar uma formação humana a fim de fomentar, na sua integralidade, a cidadania tendo em vista a discrepância social inerente ao sistema vigente não coadunando a realidade objetiva da instituição com o que requer o Documento Base do Ministério da Educação.

8. REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine R. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação**. 3. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília: CFESS, 2014.

FRANZ, Magali Régis. **Orientação Técnica nº 01/2013**. Ementa: realização de estudo socioeconômico para concessão de benefícios e outros benefícios sociais. Santa Catarina: CRESS, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: _____. (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. São Paulo: Cortez, autores associados, 1984.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2010.

GRACIANO, Maria Inês Gândara. **Estudo Socioeconômico: um instrumento técnico operativo**. HRAC-USP, 2013.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 20 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IBGE. **PNAD Contínua**. Desemprego chega a 14,4% no trimestre encerrado em agosto. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29321-desemprego-chega-a-14-4-no-trimestre-encerrado-em-agosto>. Acesso em: 09 de nov. de 2020.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo, Martins Fontes: 1977.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Secretaria de educação profissional e tecnológica. Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio**. [Documento Base]. BRASÍLIA, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: jul. 2023.

NASCIMENTO, D. A. do. **Um estudo sobre os encaminhamentos realizados pelo Serviço Social do Desenvolver Centro**. 2015. 39f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2015.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 5. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2019.

TONET, Ivo. **Educação e ontologia marxiana**. Maceió, 2009. Disponível em: <http://ivotonet.xp3.biz/> Acesso em: jul. 2023.

TONET, Ivo. **Educação e Formação Humana**. Maceió, 2006. Disponível em: <http://ivotonet.xp3.biz/> Acesso em: jul. 2023.

TONET, Ivo. **Educar para a cidadania ou para a liberdade?** Maceió, 2005. Disponível em: <http://ivotonet.xp3.biz/> Acesso em: jul. 2023.